



# CÂMARA MUNICIPAL DE OURO FINO

APROVADO 04/09/23 PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 007/2023

[Assinatura]  
Presidente

[Assinatura]  
Vice-Presidente      [Assinatura]  
Secretário(a)

15ª Sessão Ordinária

**REGULAMENTA A LEI N.º  
3.106/2023, QUE AUTORIZA O  
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL  
A CONCEDER PLANO DE SAÚDE  
MÉDICO-HOSPITALAR E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Ouro Fino, Estado de Minas Gerais, nos termos regimentais, faz saber que a Câmara Municipal aprova e promulga a seguinte **RESOLUÇÃO**:

**Art. 1º** - Para fins do art. 1º da Lei n.º 3.106/2023, compreende-se por dependentes diretos os cônjuges, companheiros que vivam em união estável na forma do Código Civil, os filhos não maiores de idade, enteados, curatelado e tutelado.

**§1º** A união estável de que trata este artigo deverá ser comprovada mediante escritura pública declaratória ou decisão judicial.

**§2º** Os filhos e os enteados maiores de idade somente serão considerados dependentes diretos se matriculados em graduação de nível superior ou escola técnica de 2º grau e tiverem idade inferior a 24 (vinte e quatro) anos.

**§3º** Ao completar 24 (vinte e quatro) anos, cessa a coparticipação por parte do Poder Público ao filho universitário ou estudante de curso técnico do servidor ou vereador, importando em desconto integral na folha de vencimentos.

**§4º** A condição de universitário ou estudante prevista no parágrafo anterior deverá ser comprovada anualmente junto ao Departamento de Pessoal, sob pena de cessar o custeio por parte do Poder Público e implicar em desconto integral na folha de vencimentos do servidor ou vereador.

**Art. 2º.** O interesse na adesão, bem como no desligamento ao plano de saúde será manifestado por escrito junto ao Departamento de Pessoal, para as devidas providências.

**Art. 3º.** A adesão ao plano importa em permissão para desconto em folha de despesas tais como: co-participação e aquelas excedentes, não custeadas pelo Poder Público por previsão da Lei n.º 3.106/2023 e desta Resolução.

**Art. 4º.** O desligamento de servidor do quadro funcional da Câmara Municipal e a extinção do mandato eletivo dos vereadores acarreta a extinção da obrigação do custeio do plano por parte do Poder Público.



# CÂMARA MUNICIPAL DE OURO FINO

**§1º** Entende-se por extinção do mandato eletivo qualquer das hipóteses do art. 15 da Constituição Federal.

**§2º** Ocorrendo o desligamento do quadro funcional ou extinção do mandato eletivo, o Departamento de Pessoal comunicará à empresa responsável pela gestão do plano de saúde.

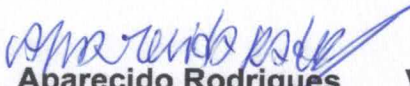
**§3º** A continuidade do plano sem qualquer custeio por parte do Poder Público necessita de providências do servidor ou vereador junto à empresa responsável pela gestão.


**§4º** Ocorrendo o desligamento antes do fechamento de mês, das verbas rescisórias do servidor ou vereador serão descontados os valores necessários para quitação junto ao plano de saúde.

**Art. 5º.** Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Registra-se, publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões "Vereador Antônio Olinto Alves", em 29 de agosto de 2023.

  
**Aparecido Rodrigues**  
Presidente

  
**Vanderlei Cândido de Almeida**  
Vice-presidente

  
**Clóvis Coldibeli**  
Secretário





# CÂMARA MUNICIPAL DE OURO FINO

## JUSTIFICATIVA

Nobres Pares,

Submetemos à análise e deliberação do soberano Plenário, o presente projeto de resolução que tem por objetivo a regulamentação da Lei Municipal n.º 3.106/2023, que "Autoriza o Poder Legislativo Municipal a conceder Plano de Saúde Médico-Hospitalar e dá outras providências".

A lei em questão, de origem deste Poder, autorizou a concessão de Plano de Saúde Médico-hospitalar aos servidores e agentes políticos do Poder Legislativo, bem como aos seus dependentes, em congruência com o novo posicionamento do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, consultas n.º 764.324 e n.º 1111041.

Não obstante, em que peses já termos autorização para contratação da empresa operadora do plano, a ser efetivada mediante deflagração procedimento licitatório, necessário se faz a regulamentação de determinados dispositivos que assegurem maior segurança jurídica.

Assim, propomos o presente projeto de resolução para análise, pedindo ainda que o mesmo seja apreciado em regime de urgência especial para ser apreciado e votado na próxima sessão ordinária (04/09/2023), bem como, o voto favorável dos nobres pares.

Sala da Sessões Vereador Antônio Olinto Alves em 29 de agosto de 2023.



**Aparecido Rodrigues**

Presidente



**Vanderlei Cândido de  
Almeida**

Vice-presidente



**Clóvis Coldibeli**  
Secretário